

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO
INFORMÁTICO**

PROCESSO N.º **25DC44CPI009**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	3
1. OBJETO DO CONCURSO	3
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR	3
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL ..	4
5. AGRUPAMENTOS	4
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA	5
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	5
8. PREÇO BASE	5
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	6
10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	7
11. REVISÃO DE PREÇOS	7
12. CAUÇÃO	7
13. SEGURO	8
14. OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO	8
15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	9
16. PENALIDADES	9
17. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
18. RESPONSABILIDADE	10
19. RESOLUÇÃO	11
20. DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	12
21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
22. ATOS DE TERCEIROS	13
23. PUBLICIDADE	13
24. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
25. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	13
26. CONFIDENCIALIDADE	15
27. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	15
28. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
29. GESTOR DO CONTRATO	16
30. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
31. ÂMBITO	17
32. CARACTERÍSTICAS DOS BENS E SERVIÇOS A ADQUIRIR	17
33. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS A PRESTAR	17
34. PEDIDOS DE TRABALHO E PLANOS DE ENTREGA	18
35. INFORMAÇÃO E GESTÃO	20
36. PENALIDADES ESPECÍFICAS	21
37. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO ADJUDICATÁRIO	22

ANEXOS:

ANEXO A: DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

ANEXO B: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO D: ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

ANEXO E: LISTA DO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público para a **aquisição de equipamento informático** em conformidade com as condições e características técnicas definidas neste caderno de encargos.
- 1.2. A contratação no presente procedimento não ocorrerá em lotes visto que, ao abrigo da alínea a) do número 2 do artigo 46.º-A do CCP, embora os bens sejam funcionalmente cindíveis, o resultado de eventual separação causa efetivamente graves inconvenientes para a SCML atendendo à sua complementaridade e dependência dos diversos componentes (materiais) a fornecer; como também no que concerne à alínea b) do mesmo artigo, por motivos funcionais, uma vez que a gestão de um único contrato desta complexidade é, claramente, mais eficiente para a SCML, do que gerir uma pluralidade de contratos.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dicom.nabse@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato, considerando-se integradas no mesmo este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do Adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de serviços a prestar.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º** Os termos dos suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pela SCML e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
 - 4.º** A proposta do Adjudicatário;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do Adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Adjudicatário deverá:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o Adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar a prestação dos serviços a objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único Contrato de prestação dos serviços com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.

- 5.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução ~~da~~ prestação dos serviços perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4. No caso previsto no número anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento/Consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5. Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6. O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7. Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer bens ou serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o Adjudicatário.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato, a celebrar na sequência do presente procedimento, entra em vigor na data da última assinatura eletrónica e terá a duração máxima de **36 (trinta e seis) meses** a contar daquela data, salvo, no caso do preço contratual se tiver esgotado em data anterior, o que a acontecer determinará a cessação do contrato nessa data, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 7.2. Sem prejuízo do previsto no número anterior, o contrato apenas produz efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO CONTRATUAL

- 8.1. Pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar o preço contratual é de **€ 3.882.000,00 (três milhões oitocentos e oitenta e dois mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

- 8.2.** Os preços base unitários (acrescidos de IVA à taxa legal aplicável), que a SCML está a disposta a pagar para cada equipamento a fornecer ou serviço a prestar, são os seguintes:
- 8.2.1.** Computador Desktop: **€880,00 (oitocentos e oitenta euros);**
 - 8.2.2.** Computador Portátil: **€1.200,00 (mil e duzentos euros);**
 - 8.2.3.** Monitor Padrão: **€175,00 (cento e setenta e cinco euros);**
 - 8.2.4.** Monitor ultra -largo: **€405,00 (quatrocentos e cinco euros);**
 - 8.2.5.** Auricular Binaural: **€80,00 (oitenta euros);**
 - 8.2.6.** Auricular Monoaural: **€65,00 (sessenta e cinco euros);**
 - 8.2.7.** Instalação de software de base: **€10,00 (dez euros);**
 - 8.2.8.** Transporte de equipamento: **€10,00 (dez euros);**
 - 8.2.9.** Instalação física: **€10,00 (dez euros);**
 - 8.2.10.** Migração de dados: **€20,00 (vinte euros);**
- 8.3.** Os preços indicados nos números anteriores da presente cláusula foram obtidos com base em critérios objetivos, consistindo nos preços estabelecidos no contrato anterior, ajustados de acordo com os preços atualizados de mercado obtidos através de consulta preliminar efetuada ao mercado nos termos do artigo 35-A.º do CCP.
- 8.4.** O contrato será celebrado pelo preço máximo a pagar pela SCML, previsto em **8.1.** sendo que no decurso da execução do contrato, a SCML pagará apenas a resultante da aplicação dos preços unitários estabelecidos aos equipamentos efetivamente fornecidos, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** O Adjudicatário obriga-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 9.4.** São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente

procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

- 9.5.** No decurso do fornecimento de bens e respetivos serviços, a SCML pode solicitar ao Adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de bens a fornecer ou serviços a prestar, comprometendo-se o Adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico e enviadas, via EDI (*Electronic Data Interchange*), para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML.
- 10.2.** As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de 30 [trinta] dias seguidos a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.
- 10.4.** Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.5.** O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula **19.ª** do caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. CAUÇÃO

- 12.1.** O Adjudicatário garantirá por caução o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato. Esta caução a prestar será de **5% (cinco por cento)** do **preço contratual** e será prestada por depósito em dinheiro, ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou ainda mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução à primeira solicitação, de acordo com os modelos anexos ao programa do concurso.
- 12.2.** A SCML promoverá a liberação da caução, nos termos do artigo 295.º do CCP.

- 12.3.** No caso de resolução do contrato, a caução só será extinta e restituído o depósito ou cancelada a garantia bancária ou o seguro, depois de apuradas e pagas, se a isso houver lugar, as quantias que forem devidas à SCML.
- 12.4.** Todas as despesas derivadas da prestação da caução serão da responsabilidade do Adjudicatário.
- 12.5.** A SCML pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo Adjudicatário.

13. SEGURO

- 13.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente Caderno de Encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverá o Adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do Contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de seguro de Seguro de Responsabilidade Civil.
- 13.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.
- 13.3.** O seguro deverá ser contratados junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao Adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será de conta do Adjudicatário.
- 13.6.** A apólice de seguro referida no número 1 da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas às mesmas é o de Lisboa.

14. OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO

- 14.1** Na execução do contrato a celebrar, o Adjudicatário obriga-se a:
 - 14.1.1.** Realizar o fornecimento de bens em conformidade com o previsto no presente caderno de encargos;
 - 14.1.2.** Afetar ao presente fornecimento todos os recursos materiais e humanos necessários ao bom cumprimento do mesmo;
 - 14.1.3.** Prestar atempadamente todas as informações relativas ao fornecimento de bens que lhe sejam solicitadas pela SCML;

- 14.1.4.** Elaborar relatórios com a periodicidade estabelecida nas cláusulas técnicas, a serem entregues na SCML;
- 14.1.5.** Nomear um Gestor de Conta que representará o Adjudicatário nas relações com a SCML e a quem compete a gestão do contrato com a SCML durante o período de vigência contratual;
- 14.1.6.** Disponibilizar uma plataforma de tracking para as encomendas realizadas pela SCML;
- 14.1.7.** Disponibilizar um meio de contacto (n.º telemóvel);
- 14.1.8.** Manter inalteradas, durante a execução do contrato, as condições comerciais constantes da sua proposta.

15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

15.1. O contrato pode ser modificado:

- 15.1.1.** Por acordo entre as partes, não podendo revestir forma menos solene do que a do contrato;
- 15.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;
- 15.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.

15.2. O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- 15.2.1.** Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- 15.2.2.** Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

15.3. A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

16. PENALIDADES

16.1. No caso de o Adjudicatário não fornecer bens ou prestar serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:

- 16.1.1.** Resolver o contrato nos termos legais;
- 16.1.2.** Fazer reverter a seu favor o depósito de garantia ou acionar a garantia bancária ou seguro caução;
- 16.1.3.** Aplicar as penalidades previstas na **Cláusula 41** do presente Caderno de Encargos.

16.2. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar, deduzidas nos depósitos ou por acionamento das garantias.

- 16.3.** Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.
- 16.4.** A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

17. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 17.1.** O Adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos serviços objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.
- 17.2.** No caso de subcontratação, o Adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 17.3.** Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Adjudicatário cede a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 17.5.** Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.6.** A posição contratual do Adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

18. RESPONSABILIDADE

- 18.1.** Se o Adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o Adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.

- 18.2.** O Adjudicatário assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respectivas.
- 18.3.** O Adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 18.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 18.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Adjudicatário, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 18.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

19. RESOLUÇÃO

- 19.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, após este último ter sido notificado desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 19.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:
 - 19.2.1.** Se o Adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;
 - 19.2.2.** Se se verificar o previsto em **16.3**;
 - 19.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
 - 19.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução da prestação de serviços.
 - 19.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
 - 19.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 19.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário e da resolução.

- 19.4.** Se a resolução for imputável ao Adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos bens/serviços, afetados pela resolução e aquele por que vierem a ser de novo adjudicados.
- 19.5.** Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatário será o montante respetivo deduzido nos depósitos, nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo Adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 19.6.** A SCML, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o contrato com o Adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias seguidos.
- 19.7.** A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.
- 19.8.** No decurso do fornecimento de bens a SCML pode solicitar ao Adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de entrega dos bens a fornecer, comprometendo-se o Adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

20. DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nos termos da certificação ISO/IEC 27001 e WLA-SCS do Sistema de Gestão da Segurança da Informação em vigor na SCML, antes da outorga do Contrato o Adjudicatário deve fazer chegar à SCML:

- a) Declaração individual de não existência de conflitos de interesses, conforme minuta constante do **ANEXO A** ao presente Caderno de Encargos, assinada por cada um dos seus colaboradores que prestem serviços no âmbito e/ou nas instalações onde os serviços sejam prestados;
- b) Registos Criminais dos Colaboradores do Adjudicatário a afetar aos serviços objeto do Contrato a celebrar.

21. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 21.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.
- 21.2.** O Adjudicatário deverá entregar, com a outorga do contrato, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE

LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos.

22. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

23. PUBLICIDADE

O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

24. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

24.1. São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.

24.2. Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo Adjudicatário do disposto no número anterior, o Adjudicatário indemnizará a SCML por todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

25. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

25.1. Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

25.2. Por "tratamento de dados pessoais" ou "tratamento", entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de

disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

25.3. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o Adjudicatário obriga-se a:

- 25.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
- 25.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 25.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 25.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 25.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 25.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 25.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 25.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 25.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;

- 25.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 25.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 25.4.** O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 25.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário no âmbito do presente procedimento;
- 25.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 25.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo Adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o Adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

26. CONFIDENCIALIDADE

O Adjudicatário (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do Contrato, mesmo após o seu termo, salvo motivo legal ou requerimento judicial, nos termos e para os efeitos estabelecidos no Acordo de Confidencialidade, conforme modelo que constitui o **ANEXO D** do presente Caderno de Encargos, que o Adjudicatário se obriga a subscrever na data de assinatura do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento.

27. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 27.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez) dias de calendário, através de carta registada com aviso de receção, para que em colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o

caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

- 27.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do Adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

28. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 28.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.
- 28.2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

29. GESTOR DO CONTRATO

- 29.1.** A SCML designará um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 29.2.** O Adjudicatário deverá comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

30. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 30.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços presente será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 30.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**31. ÂMBITO**

O âmbito do presente procedimento é a aquisição de equipamentos informáticos, designadamente, computadores de posto de trabalho fixos ("PC desktop") e móveis ("PC portátil"), bem como componentes ("peças"), equipamentos periféricos e serviços de transporte, instalação e migração em conformidade com o **ANEXO E**, que contém a lista indicativa dos tipos de equipamentos e serviços que poderão ser encomendados durante a duração do contrato a celebrar.

32. CONDIÇÕES INERENTES AO FORNECIMENTO DOS BENS E À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

32.1. Os bens e serviços descritos do **ANEXO E** são aqueles que a SCML irá tipicamente adquirir, pelos preços indicados na proposta adjudicada;

32.2. Quando a evolução tecnológica e condições de mercado o justificarem, poderá o Adjudicatário propor a entrega de bens de características diferentes das indicadas no **Anexo E**, desde que, quando comparados estes com os bens que se propõem substituir:

- a) se mantenha o tipo e objetivos das especificações iniciais;
- b) o preço não seja superior;
- c) a funcionalidade, qualidade, desempenho e capacidade não sejam inferiores;

32.3. Os computadores propostos – sejam desktop, sejam portáteis - devem ser passíveis de ser reparados através da substituição apenas dos componentes avariados, nomeadamente da memória, do dispositivo de armazenamento, do teclado, da bateria e do monitor, não podendo nenhum destes componentes estar soldado/colado de forma que impeça a sua substituição.

32.3.1. Os respetivos serviços de reparação deverão estar disponíveis para aquisição ao abrigo do contrato a celebrar, nos termos descritos para "Aquisição de outros tipos de serviço ou equipamento".

32.3.2. Caso da avaria de qualquer dos componentes indicados resulte a necessidade de substituir mais do que o componente avariado (obrigando, por exemplo, a trocar a totalidade da motherboard), deverá o Adjudicatário proceder gratuitamente à reparação ou, no limite, à integral substituição do equipamento.

32.4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens adquiridos ao abrigo do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

33. REQUISITOS DOS SERVIÇOS A PRESTAR

33.1. O Adjudicatário prestará os serviços de instalação de software base, transporte de equipamento, instalação física, e migração de dados nos termos descritos no **Anexo E**.

33.1.1. Todos os serviços indicados são opcionais, apenas devendo ser prestados quando explicitamente solicitados pela SCML, sem prejuízo dos serviços de instalação de

software base e transporte/entrega dos bens novos estar incluído no preço dos mesmos.

- 33.1.2.** Todos os serviços indicados são passíveis de ser solicitados pela SCML, seja para equipamentos novos seja para equipamentos objeto de reafetação.
- 33.2.** O Adjudicatário é responsável pelos equipamentos transportados e pela informação migrada no âmbito dos serviços prestados, devendo promover os procedimentos e condições necessários e adequados à garantia de integridade dos mesmos.
- 33.3.** Os locais concretos de origem e destino dos serviços de transporte serão os indicados pela SCML e situar-se-ão maioritariamente na área metropolitana de Lisboa Norte podendo, todavia, situar-se em qualquer outro local de Portugal Continental.
- 33.4.** O Adjudicatário deve enviar para a SCML, por via eletrónica, a prova de entrega dos equipamentos nos dois dias úteis seguintes à prestação do serviço de transporte de equipamento.

34. GARANTIA MÍNIMA

Todos os equipamentos a fornecer no âmbito do contrato a celebrar, nomeadamente os indicados no **Anexo E** do presente caderno de encargos, devem ter um período mínimo de garantia de **3 (três anos)**.

35. AQUISIÇÃO DE OUTROS TIPOS DE SERVIÇO OU EQUIPAMENTO

- 35.1.** A SCML poderá adquirir bens e serviços que não estejam explicitamente referidos na lista de equipamentos **do Anexo E** nos seguintes termos:
 - 35.1.1.** O valor total, no decurso do contrato, de aquisição destes bens ou serviços não pode exceder 10% (dez por cento) do valor destinado para a execução do contrato;
 - 35.1.2.** Para cada encomenda destes bens ou serviços a SCML realizará um pedido de cotação ao Adjudicatário, que deverá responder ao mesmo no prazo máximo de uma semana; caso a cotação seja aprovada pela SCML, os bens ou serviços serão fornecidos, sendo o seu custo debitado no valor do contrato;
 - 35.1.3.** A cotação proposta pelo Adjudicatário e aceite pela SCML aquando da primeira encomenda de cada novo tipo de bem ou serviço será aquela que vigorará até ao fim do contrato;
- 35.2.** Após a adjudicação de cada encomenda, o Adjudicatário será informado pela SCML da morada do local de entrega.

36. QUANTIDADES MÁXIMAS EXIGÍVEIS E NÍVEIS DE SERVIÇO

36.1. O Adjudicatário deve garantir a capacidade de efetuar, a pedido da SCML, até 30 (trinta) transportes, 30 (trinta) instalações físicas e 10 (dez) migrações de dados por dia útil, nos seguintes termos:

36.1.1. A prestação dos serviços indicados deverá ser solicitada com a antecedência de pelo menos 3 (três) dias úteis;

36.1.2. Por cada unidade de equipamento será faturada uma unidade de cada um dos serviços descritos na cláusula **33.1**, do presente Caderno de Encargos, que tenha sido solicitada.

36.2. O Adjudicatário deve, cumulativamente, garantir a capacidade de efetuar com urgência, a pedido da SCML, o transporte, instalação física e migração de dados de até 3 (três) equipamentos por dia, nos seguintes termos:

36.2.1. Os serviços urgentes solicitados num dia até ao meio-dia deverão ser prestados até às 18:00 (dezoito horas) do mesmo dia, e os serviços urgentes solicitado após o meio-dia deverão ser prestados até ao final da manhã do dia seguinte, salvo determinação de prazo mais alargado pela SCML;

36.2.2. Por cada unidade de equipamento serão faturadas duas unidades de cada um dos serviços descritos em Erro! A origem da referência não foi encontrada. que tenham sido solicitados.

36.3. Não são admitidos outros limites de quantidade ou valores mínimos ou máximos para além dos indicados em **36.1** e **36.2**.

37. LIGAÇÃO VPN ENTRE SCML E ADJUDICATÁRIO

37.1. O Adjudicatário deverá criar, nas suas instalações, uma rede isolada e dedicada à instalação e configuração dos equipamentos da SCML.

37.2. O Adjudicatário deverá estabelecer uma ligação VPN entre essa rede e a SCML, de acordo com instruções fornecidas pela SCML.

37.3. A ligação à Internet de suporte a esta rede VPN será suportada pelo Adjudicatário, e a ligação VPN resultante deverá permitir transferências a pelo menos 100Mb/s em qualquer dos sentidos.

37.4. O Adjudicatário deverá albergar nas suas instalações, ligada à rede descrita, um equipamento da SCML, gerido por esta última, no qual será armazenado e a partir do qual será distribuído o software a instalar nos equipamentos.

37.5. Os equipamentos da SCML só deverão ser ligados à rede referida nos números anteriores.

38. EQUIPAMENTO EM FIM DE VIDA

38.1. O Adjudicatário deve, durante a vigência do contrato e a pedido da SCML, proceder ao tratamento de reciclagem de equipamentos em fim de vida sem custos para a SCML nos seguintes termos

- 38.1.1.** Os equipamentos a reciclar serão identificados pela SCML de forma inequívoca, sendo o Adjudicatário informado dos mesmos.
- 38.1.2.** Pode a SCML solicitar a reciclagem de quaisquer equipamentos que possua e que fossem, pela sua natureza, passíveis de ser adquiridos ao abrigo do contrato a celebrar com o Adjudicatário.
- 38.2.** Os equipamentos identificados para reciclagem serão entregues ao Adjudicatário de uma das seguintes formas:
 - 38.2.1.** Quando a SCML solicite o seu transporte, seja de forma autónoma seja no âmbito de uma substituição de equipamento;
 - 38.2.2.** Quando a SCML proceda à entrega, em local indicado pelo Adjudicatário, do equipamento a reciclar.
- 38.3.** Aos equipamentos que lhe sejam entregues para destruição e incorporem dispositivos de armazenamento, deverá o adjudicatário:
 - 38.3.1.** Caso se trate de discos rígidos, fazer pelo menos um furo que atravesse todas as superfícies de gravação dos dados (*platter*);
 - 38.3.2.** Caso se trate de componentes SSD removíveis, devolvê-los à SCML;
 - 38.3.3.** Caso se trate de equipamentos que incorporem circuitos integrados de armazenamento persistente de dados que não sejam removíveis, deverá o adjudicatário destruir irrecuperavelmente todos os referidos circuitos integrados (por exemplo, partindo-os com um martelo).
- 38.4.** O Adjudicatário emitirá e entregará à SCML a documentação e evidências (nomeadamente fotográficas) que a este respeito lhe sejam solicitadas, nomeadamente auto de abate/destruição.

39. INFORMAÇÃO E GESTÃO

- 39.1.** O Adjudicatário deve, durante toda a vigência do contrato a celebrar:
 - 39.1.1.** Disponibilizar à SCML o acesso, através de um web browser ligado à Internet, ao estado das encomendas, atualizado diariamente;
 - 39.1.2.** Entregar quinzenalmente à SCML, em formato editável e no prazo máximo de 7 (sete) dias seguidos contados a partir do último dia do período a que respeita, um relatório de gestão do qual constem:
 - a) os pedidos efetuados;
 - b) a data de prestação de cada serviço sobre cada bem;
 - c) problemas detetados na logística;
 - d) sugestões de melhorias dos processos.
 - 39.1.3.** Proceder aos mecanismos de controlo que sejam solicitados pela SCML, nomeadamente fazendo o registo e recolhendo a assinatura de quem receba os bens ou serviços; e

39.1.4. Fornecer toda a informação que evidencie as intervenções e níveis de serviço prestados.

39.2. O Adjudicatário nomeará e informará a SCML dos contactos telefónicos e de email de um Gestor de Conta, que deverá:

39.2.1. Representar o Adjudicatário nas relações com a SCML, competindo-lhe a gestão do contrato com a SCML durante o período de vigência contratual.

39.2.2. Estar disponível para ser contactado todos os dias úteis entre as 9:00 e as 19:00;

39.2.3. Receber os pedidos da SCML e coordenar a sua entrega nos termos contratados;

39.2.4. Zelar pela celeridade da prestação dos serviços urgentes descritos em;

39.2.5. Responder aos pedidos de cotação nos termos descritos em **35.1.2.**

39.2.6. Fornecer toda a informação relativa ao objeto do contrato que lhe seja solicitada.

40. PENALIDADES ESPECÍFICAS

40.1. Sem prejuízo das penalidades estabelecidas na **cláusula 16** do presente caderno de encargos, **CASO O** Adjudicatário não cumpra os prazos contratados, a SCML pode aplicar as seguintes penalidades.

40.1.1. Em caso de incumprimento dos prazos de entrega indicados na cláusula **35.1.2** do presente Caderno de encargos:

- a)** O incumprimento será quantificado em dias úteis, pela diferença em dias úteis de calendário entre o prazo previsto e o prazo efetivamente verificado, entendendo-se incorrer num dia de atraso a entrega da cotação no dia útil seguinte àquele em que a mesma devia ter sido prestada.
- b)** Não se considera interrompido ou suspenso o prazo de um pedido de cotação quando esta não seja aceite pela SCML por não corresponder ao solicitado.
- c)** No caso de incorrer em incumprimento, o Adjudicatário pagará a título de cláusula penal a quantia diária de €100,00 (cem euros).

40.1.2. Em caso de incumprimento dos prazos de entrega indicados em **36.1 e 36.2:**

- a)** O incumprimento será quantificado em dias úteis, pela diferença em dias úteis de calendário entre o prazo previsto e o prazo efetivamente verificado, entendendo-se incorrer num dia de atraso a prestação do serviço no dia útil seguinte àquele em que o mesmo devia ter sido prestado.
- b)** Não se considera interrompido ou suspenso o prazo de uma entrega pelo Adjudicatário quando esta não seja aceite pela SCML por não cumprir as especificações técnicas que a ela respeitam, apresentar defeitos, ou não se encontrar completa.
- c)** No caso de incorrer em incumprimento, o Adjudicatário pagará a título de cláusula penal uma quantia calculada nos seguintes termos:

INCUMPRIMENTO	PENALIDADE
Entre 1 (um) e 5 (cinco) dias úteis	10% (dez por cento) do custo do bem
Entre 6 (seis) dias e 10 (dez) dias úteis	15% (quinze por cento) do custo do bem
Superior a 11 (onze) dias úteis	20% (vinte por cento) do custo do bem

40.1.3. Por cada dia de atraso no cumprimento do prazo de entrega do relatório quinzenal de gestão será aplicada uma penalização correspondente a 0,5% (meio ponto percentual) do valor total das encomendas efetuadas na quinzena a que respeita o relatório.

40.2. Das quantias a aplicar a título de penalidade deverá ser apresentada nota de crédito na mesma importância, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após notificação.

41. OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO

41.1. Para além das obrigações estabelecidas no presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário garante ainda que:

- a)** A informação que vier a ter acesso ou que for produzida por via da prestação de serviços fica guardada em equipamento protegido e com controlo e registo de acessos;
- b)** Todos os acessos a essa informação, independentemente dos respetivos objetivos, são rastreáveis, ou seja, que comportem nomeadamente, o registo/informação acerca do momento do acesso, utilizador e propósito (visualização, alteração, eliminação, cópia...);
- c)** Findo o contrato, fica obrigado a devolver ou a destruir e fazer prova da destruição, através de emissão e envio à SCML de Auto de Destruição, da informação que produziu e daquela que lhe foi entregue;
- d)** Os recursos humanos necessários à execução da prestação de serviços nos termos contratualmente definidos e acordados;
- e)** Os recursos humanos têm o perfil técnico e comportamental adequado à prestação de serviços em causa;
- f)** Deve disponibilizar a identificação antecipada dos trabalhadores que vão entrar no perímetro de cada estabelecimento, informando sempre que existam alterações;
- g)** Aceita que a SCML se reserva o direito de solicitar a substituição dos trabalhadores que revelarem desempenho ou comportamento não satisfatórios, mediante avaliação do respetivo desempenho durante a execução do contrato;
- h)** Assegura as condições de transporte que garantam a integridade dos equipamentos (temperatura, integridade física);

- i)** Promove os procedimentos necessários por forma a garantir o fornecimento dos equipamentos, como também, a integridade do respetivo produto e migração dos dados entre os equipamentos;
- j)** Disponibiliza, sempre que solicitada, informação que evidenciem as intervenções e níveis de serviço prestados.

ANEXO A

DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

Eu _____, colaborador da empresa _____ que se encontra a prestar serviços de _____ para a SCML, declaro sob compromisso de honra que não detenho, por mim ou por interposta pessoa, incluindo cônjuge e parentes até à segunda linha direta e terceira linha colateral, interesses nas áreas de atividades essenciais ou instrumentais da exploração dos jogos sociais do Estado, desenvolvida pelo departamento de Jogos da SCML, incluindo as áreas de gestão técnica, administrativa e financeira, recursos humanos, informática, marketing e publicidade.

Lisboa _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO B

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES

DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO C

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **Aquisição de equipamento informático para os diversos serviços da SCML** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo

ANEXO D
ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa número 500 745 471, adiante designada **PRIMEIRA OUTORGANTE** ou **SCML**, representada neste ato por [INSERIR], [INSERIR];

E

- [INSERIR], com sede [INSERIR] com o capital social de [INSERIR] Euros, e com o número único de matrícula registada na Conservatória do Registo Comercial de [INSERIR], adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE** representada neste ato por [INSERIR] na qualidade de [INSERIR], titular do cartão de cidadão n.º [INSERIR], válido até [INSERIR] / bilhete de identidade n.º [INSERIR], emitido em [INSERIR], com domicílio profissional na sede da sua representada.

Celebram o presente acordo irrevogável de confidencialidade (adiante designado por "Acordo"), que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª
(OBJETO)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE**, incluindo os seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados, obriga-se a manter total sigilo e confidencialidade sobre toda a informação transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do Contrato celebrado entre as partes relativo a [INSERIR OBJETO DO CONTRATO A CELEBRAR] (doravante o "Contrato"), seja a classificada com indicação de confidencial, divulgação restrita ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.
- 2) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo *hardware* e *software*, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

- 3) Para além da informação referida nos números anteriores, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado o Contrato.

CLÁUSULA 2ª (EXCEÇÕES)

- 1) Não se entende por informação confidencial toda e qualquer informação que:
- a) Seja do conhecimento público e se encontre genericamente acessível anteriormente ao momento em que a informação seja entregue pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - b) Se torne do conhecimento público e se venha a encontrar genericamente acessível ao público em geral depois de transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - c) Esteja já em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE** no momento da sua transmissão a este pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, tal se concluindo pela análise do arquivo e registos constantes da informação referida no momento imediatamente anterior à transmissão;
 - d) Seja obtida pela **SEGUNDA OUTORGANTE** através de uma terceira parte sem que para tal tenha havido quebra das obrigações de confidencialidade dessa terceira parte;
 - e) Tal informação seja independentemente conseguida sem recurso ou referência à informação confidencial transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, devendo este facto ser demonstrado por documentos ou outras provas pertinentes em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - f) Seja exigível por lei à **SEGUNDA OUTORGANTE** revelar tal informação confidencial, desde que disso notifique, por escrito e de forma a poder fazer prova, a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sobre a data do cumprimento da exigência legal.
- 2) Qualquer outra informação relativa ao descrito na cláusula anterior, para poder ser divulgada carece de autorização prévia escrita da SCML mesmo após o termo do Contrato.

CLÁUSULA 3ª (FINALIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer uso direto ou indireto das informações obtidas no âmbito do relacionamento com a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, a não ser para os fins exclusivos para os quais foram fornecidas.

CLÁUSULA 4ª (TRANSMISSÃO A TERCEIROS)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não divulgar as informações ou utilizá-las a título profissional e/ou em benefício próprio.
- 2) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato, sem prévia autorização expressa da SCML.

CLÁUSULA 5ª
(REPRODUÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer qualquer reprodução de quaisquer informações prestadas sem prévia autorização expressa nesse sentido.

CLÁUSULA 6ª
(PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO)

- 1) As autorizações referidas são solicitadas e concedidas por escrito, por qualquer meio que permita comprovar a sua receção pela outra parte, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da receção do pedido pela Primeira Outorgante.
- 2) Os pedidos de autorização e as respetivas respostas consideram-se efetuados:
 - a) No próprio dia em que forem entregues em mão ou transmitidas por telefax, se entregues ou recebidas entre as 9 (nove) e as 17 (dezassete) horas, ou no dia útil imediatamente seguinte, no caso de serem entregues ou recebidas após as 17 (dezassete) horas;
 - b) No caso de envio pelo correio, na data aposta pelo destinatário no respetivo aviso de receção. Na falta de indicação de tal data, a notificação presume-se efetuada no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte se aquele coincidir com sábado, domingo ou feriado.

CLÁUSULA 7ª
(RESTITUIÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a restituir todo o material entregue, quando solicitado, e a não conservar cópias ou reproduções de qualquer tipo do mesmo.

CLÁUSULA 8ª
(DEVER DE CONFIDENCIALIDADE DOS COLABORADORES)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a utilizar todos os meios à sua disposição para que o presente Acordo seja respeitado e cumprido por si e pelos seus colaboradores.

2) **[SE APLICÁVEL]** A **SEGUNDA OUTORGANTE** compromete-se a apenas utilizar na execução do presente acordo colaboradores que previamente entreguem à SCML:

- a) Certificado de registo criminal;
- b) Declaração Individual de não existência de conflitos de interesses, sob compromisso de honra em como não detêm por si ou por interposta pessoa, incluindo cônjuge e parentes até a 2ª linha direta e 3ª linha colateral, interesse nas áreas de atividades essenciais ou instrumentais da SCML, incluindo as áreas de gestão técnica, administrativa e financeira, recursos humanos, informática e marketing e publicidade.

CLÁUSULA 9ª
(RESPONSABILIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** será responsável por todos os danos que a **PRIMEIRA OUTORGANTE** venha a sofrer em virtude da violação da obrigação de confidencialidade *supra* referida.

CLÁUSULA 10ª
(DURAÇÃO)

As obrigações constantes do presente acordo mantêm-se durante a sua duração e pelo prazo de 10 (dez) anos após a cessação definitiva do relacionamento comercial.

CLÁUSULA 11ª
(RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS)

Todos os litígios emergentes ou relativos a este pacto serão dirimidos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro foro.

Lisboa, ____ de _____ de 202_.

Em representação da SCML

Em representação da _____

ANEXO E**LISTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS****1. CARACTERÍSTICAS DOS BENS TÍPICAMENTE A ADQUIRIR**

1.1 COMPUTADOR DESKTOP	
TIPO	Micro PC Form Factor ($\leq 1,2 \text{ dm}^3$)
PROCESSADOR (CPU)	x86-64 Core i5 ou equivalente
Nº DE CPU CORES	≥ 8
MEMÓRIA RAM INSTALADA	$\geq 15\text{GB}$
MEMÓRIA RAM MÁXIMA	$\geq 63\text{GB}$
Nº DE RANHURAS DE RAM LIVRES	≥ 1
CAPACIDADE DE SSD	$\geq 480\text{GB}$
SISTEMA GRÁFICO (MÍNIMO)	Intel UHD ou equivalente
SAÍDAS DE VÍDEO	≥ 2 (do tipo HDMI)
MONITORES SUPORTADOS EM SIMULTÂNEO	≥ 2
PROCESSADOR DE SOM	Sim (HD)
CONETOR ÁUDIO JACK 3.5MM	Sim (combinado mic/phones)
ALTIFALANTES/COLONAS INTEGRADOS	Sim
PORTS ETHERNET INTEGRADOS (RJ45)	≥ 1 (de 10/100/1000 Mbps)
WiFi INTEGRADO	Sim (802.11ax ou superior)
BLUETOOTH INTEGRADO	Sim (Bluetooth 5 ou superior)
TOTAL DE PORTS USB (3.0 OU SUPERIOR)	≥ 4 (quatro)
TOTAL DE PORTS USB-C (OU SUPERIOR)	≥ 2 (dois)
SISTEMAS OPERATIVOS SUPORTADOS	As mais recentes versões de Windows e Ubuntu Linux
LICENÇAS INCLUÍDAS	Windows 11 Pro (ou superior)
IMAGEM INSTALADA	A fornecida pela SCML
RANHURA PARA CADEADO DE SEGURANÇA	Sim
PASSWORD PARA ACESSO À BIOS/UEFI	Sim
CERTIFICADO SECURED-CORE PC (MICROSOFT)	Sim
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA	Energy Star ou EPEAT, e TCO Certified
TPM INTEGRADO	2.0 ou superior
TECLADO	USB, QWERTY Português, c/ fio
RATO	USB, ótico, scroll, c/ fio, ergonómico (vertical)
VOLUME DE RUÍDO EM FUNCIONAMENTO	$\leq 40 \text{ db(A)}$
ACOPLAGEM A MONITOR PADRÃO	Sim (VESA ou similar)
MONITOR	Monitor Padrão com suporte para fixação do desktop

1.2. COMPUTADOR PORTÁTIL	
TIPO	Computador portátil ($\leq 1,5\text{Kg}$)
PROCESSADOR (CPU)	x86-64 Core i5 ou equivalente
Nº DE CPU CORES	≥ 8
MEMÓRIA RAM INSTALADA	$\geq 15\text{GB}$
MEMÓRIA RAM MÁXIMA	$\geq 31\text{GB}$
Nº DE RANHURAS DE RAM LIVRES	≥ 1
CAPACIDADE DE SSD	$\geq 480\text{GB}$
SISTEMA GRÁFICO (MÍNIMO)	Intel UHD ou equivalente
SAÍDAS DE VÍDEO	≥ 1 (do tipo HDMI ou mini HDMI c/ adaptador para HDMI)
MONITORES SUPORTADOS EM SIMULTÂNEO	≥ 2
PROCESSADOR DE SOM	Sim (HD)
CONETOR ÁUDIO JACK 3.5MM	Sim (combinado mic/phones)
ALTIFALANTES/COLUNAS INTEGRADOS	Sim
MICROFONE INTEGRADO	Sim
WEBCAM INTEGRADA	Sim ($\geq 720\text{p}$), c/ obturador manual para privacidade
PORTS ETHERNET (RJ45)	≥ 1 (de 10/100/1000 Mbps) – pode ser por USB
WiFi INTEGRADO	Sim (802.11ax ou superior)
BLUETOOTH INTEGRADO	Sim (Bluetooth 5 ou superior)
TOTAL DE PORTS USB (3.0 OU SUPERIOR)	≥ 3 (incluindo portas USB-C)
TOTAL DE PORTS USB-C (OU SUPERIOR)	≥ 2
SISTEMAS OPERATIVOS SUPORTADOS	As mais recentes versões de Windows e Ubuntu Linux
LICENÇAS INCLUÍDAS	Windows 11 Pro (ou superior)
IMAGEM INSTALADA	A fornecida pela SCML
RANHURA PARA CADEADO DE SEGURANÇA	Sim
PASSWORD PARA ACESSO À BIOS/UEFI	Sim
CERTIFICADO SECURED-CORE PC (MICROSOFT)	Sim
LEITOR DE IMPRESSÃO DIGITAL	Sim, compatível com Windows Hello
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA	Energy Star ou EPEAT, e TCO Certified
TPM INTEGRADO	2.0 ou superior
TECLADO INTEGRADO	QWERTY Português retroiluminado
ESTANQUIDADE	Resistente a derrames de líquidos
RATO INTEGRADO	Trackpad
TECLADO EXTERNO	USB, QWERTY Português, c/ fio
RATO EXTERNO	USB, ótico, scroll, c/ fio, ergonómico (vertical)
ECRÃ INTEGRADO	IPS antirreflexo ou superior, ≥ 400 nits

ECRÃ INTEGRADO (TAMANHO)	13,5" a 14,6", $\geq 1920 \times 1080$ ("Full HD")
BATERIA	$\geq 45\text{Wh}$, $\geq 10\text{h}$ autonomia, $\leq 3\text{h}$ carregamento a 100%
ALIMENTAÇÃO	Por fonte externa ao portátil através de port USB-C
DOCK STATION	Sim, liga-se e alimenta computador por USB-C
DOCK STATION (PORTS - MÍNIMO)	1 x USB-C, 3 x USB 3.0, 2 x HDMI, 1 x RJ45, 1 x jack 3,5mm
MOCHILA DE TRANSPORTE	Robusta, almofadada e de material impermeável.

1.3. MONITOR PADRÃO	
TIPO	IPS c/ retroiluminação LED ou superior
TAMANHO DA IMAGEM VISÍVEL	23,5" a 24,5"
RESOLUÇÃO	$\geq 1920 \times 1080$ ("Full HD")
FREQUÊNCIA	$\geq 60\text{Hz}$
LUMINOSIDADE	≥ 300 nits
TEMPO DE RESPOSTA	$\leq 8\text{ms}$
ENTRADAS	HDMI
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA	Energy Star ou EPEAT e TCO Certified
AJUSTE EM ALTURA	$\geq 10\text{cm}$
AJUSTES DA INCLINAÇÃO (TILT)	Sim
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	Interna
CONSUMO DE ENERGIA	$\leq 60\text{W}$
CABOS INCLUÍDOS	HDMI

1.4. MONITOR ULTRA-LARGO	
TIPO	IPS c/ retroiluminação LED ou superior
TAMANHO DA IMAGEM VISÍVEL	33" a 35"
RESOLUÇÃO	$\geq 3440 \times 1440$ e rácio similar entre altura e largura
FREQUÊNCIA	$\geq 75\text{Hz}$
LUMINOSIDADE	≥ 300 nits
TEMPO DE RESPOSTA	$\leq 8\text{ms}$
ENTRADAS	HDMI
CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA	Energy Star ou EPEAT, e TCO Certified
AJUSTE EM ALTURA	$\geq 10\text{cm}$
AJUSTES DA INCLINAÇÃO (TILT)	Sim
CONSUMO DE ENERGIA	$\leq 70\text{W}$
CABOS INCLUÍDOS	HDMI

1.5. AURICULAR BINAURAL	
CONETIVIDADE	USB (cabo ≥ 1,5m)
EQUALIZADOR DINÂMICO (SAÍDA)	Sim
GAMA DE FREQUÊNCIAS DE SAÍDA	20Hz a 20kHz ou superior
MICROFONE	Stereo com cancelamento de ruído
GAMA DE FREQUÊNCIAS (MICROFONE)	100Hz a 10kHz ou superior
CONTROLO FÍSICO	Sim (Atender, terminar chamada, pausa, volume +/-)
COMPATÍVEL/CERTIFICADO PARA	Windows 10 / Mac OS / Microsoft Teams
INSTALAÇÃO	Plug & Play

1.6. AURICULAR MONOAURAL	
CONETIVIDADE	USB (cabo ≥ 1,5m)
EQUALIZADOR DINÂMICO (SAÍDA)	Sim
GAMA DE FREQUÊNCIAS DE SAÍDA	20Hz a 20kHz ou superior
MICROFONE	Stereo com cancelamento de ruído
GAMA DE FREQUÊNCIAS (MICROFONE)	100Hz a 10kHz ou superior
CONTROLO FÍSICO	Sim (Atender, terminar chamada, pausa, volume +/-)
COMPATÍVEL/CERTIFICADO PARA	Windows 10 / Mac OS / Microsoft Teams
INSTALAÇÃO	Plug & Play

2. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS TÍPICAMENTE A ADQUIRIR

- 2.1. Instalação de software de base:** consiste na instalação de software de base (incluindo sistema operativo) fornecido pela SCML através de uma imagem de disco e/ou um processo de instalação automatizado, qualquer dos quais gerido pela SCML, que poderá alterá-lo a qualquer momento na vigência do contrato;
- 2.2. Transporte de equipamento:** consiste no transporte, do local onde o equipamento se encontre para local indicado pela SCML, de uma unidade dos bens do tipo indicado, incluindo os respetivos monitor(es), teclado, rato e demais acessórios;
- 2.3. Instalação física:** consiste na montagem do equipamento, ligação dos cabos e periféricos e ligação à rede, bem como acompanhamento do primeiro login pelo utilizador final;
- 2.4. Migração de dados:** consiste na transferência, do equipamento a substituir para o equipamento a entregar, quer de documentos quer de configurações do perfil de utilizador(es).
- 2.5.** Para a contagem das unidades de serviços prestados considera-se que um computador, respetivos monitor(es), teclado, rato, cabos e outros periféricos que se encontrem e pretendam juntos constituem uma unidade de equipamento.